

# Público



## Lisboa Lobo Antunes discute com câmara futuro do seu acervo

Cultura, 38



## O Inimigo Público PSD já notificou a CMVM de que vendeu a alma ao Diabo

## Natal e fim de ano Lisboa sem concerto no Terreiro do Paço e Porto sem fogo-de-artifício

Local, 27

# Governo confina 191 concelhos e fecha comércio e restaurantes

Costa encerra comércio e restaurantes entre as 13h e as 8h no fim-de-semana. Há mais 77 concelhos com restrições severas. Confinamentos parciais com resultados “encorajadores” na UE **Destaque, 2 a 11**

**ipsiton**

**Wong Kar-Wai**  
O regresso em cinco filmes

### Marcelo soube da encenação de Tancos pela PGR em Julho

Presidente soube das suspeitas dois meses antes das detenções em 2018 **p18**

### Governo propõe medidas para PCP viabilizar Orçamento

Layoff a 100%, reforço do SNS e subsídios de risco são algumas das propostas **p16**

### Mutilação genital feminina em tribunal pela primeira vez

Jovem é acusada de praticar ou autorizar a mutilação genital da filha bebé **p20/21**

### Brisa perdeu quatro mil carros por dia num trimestre

Rede de concessionárias teve quebra de 14% no último trimestre **p28**

### Bolsonaro não deve repetir a onda de 2018 nas municipais

Escolhas do Presidente para as principais cidades do Brasil estão em risco **p32/33**

EUROMILHÕES A criar excêntricos de um dia para o outro

FAÇA DESTA SEXTA-FEIRA 13 O SEU DIA DE SORTE

# 64 MILHÕES

JOGOS SANTACASA #GanhamosTodos

DISPONÍVEL TAMBÉM NA APLIC. JOGOSANTACASA.PT

ISNN-0872-1548

## SOCIEDADE

# Mutilação genital feminina chega pela primeira vez a tribunal

Em cinco anos desde a criação da lei, é o primeiro caso que vai ser julgado. Processos arquivados mostram prontidão para proteger crianças, mas também a dificuldade de provar o crime

**Crime**  
Aline Flor

Cinco anos depois de ter sido criado o crime de mutilação genital feminina (MGF) em Portugal, começa hoje a ser julgado no tribunal de Sintra o primeiro caso em que uma jovem mãe é acusada de praticar ou autorizar esta prática sobre a filha bebé, que tinha cerca de um ano e meio quando ambas estiveram na Guiné-Bissau. A mãe, que vive em Portugal desde criança, afirmou sempre que não cortou nem deixou que ninguém tocasse na bebé para a submeter à prática. Este crime é punido com uma pena de prisão que pode oscilar entre os dois e os dez anos.

A mutilação genital feminina consiste em qualquer intervenção nefasta sobre os órgãos genitais femininos por razões não-médicas, em muitos casos motivada por razões culturais ou de tradição. No caso agora julgado, as cicatrizes encontradas na bebé são caracterizadas como um tipo de MGF diferente daquela mais frequentemente encontrada em mulheres que residem em Portugal onde, segundo dados da DGS publicados em 2018, é mais frequente encontrar mulheres com MGF tipo I (remoção parcial ou total do clítoris) ou II, que implica a remoção do clítoris e de parte dos lábios da vulva.

Calcula-se que vivam em Portugal mais de 6500 mulheres submetidas à prática, e cerca de 1800 raparigas com menos de 15 anos em risco de o serem. Até ao final de 2013, apenas três casos de MGF tinham chegado ao Ministério Público (MP), investigados no âmbito do crime de ofensa à integridade física, mas acabaram todos arquivados. Em 2015, foi autonomizado o crime de mutilação genital feminina (144º-A), aplicável também a actos preparatórios e a actos que tenham acontecido fora de Portugal. Desde então, houve nove inquéritos abertos pelo Ministério Público por eventual prática de MGF: um ainda se encontra em inves-

tigação, sete foram encerrados sem acusação e um chegou a tribunal.

O PÚBLICO consultou os sete processos arquivados por eventual crime de MGF, onde é clara a prontidão da justiça para proteger as meninas (em algumas situações, actuando de forma preventiva), mas também a dificuldade de provar o crime, em particular quando é praticado fora do país. Dos nove processos investigados pelo MP, sete foram abertos no ano passado – um aumento que não significa necessariamente que o crime esteja a aumentar, mas que o sistema começa a funcionar.

Em mais de metade dos casos, foram profissionais de saúde que identificaram as situações, em contexto de consulta, e as comunicaram às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), que acompanham as famílias e fazem a ponte com os tribunais quando identificam situações de perigo para a criança. Quando o MP decide abrir um inquérito, é habitual pedir-se uma perícia médica, mas em apenas três casos foram identificados sinais de MGF, e apenas um deles deu origem a uma acusação.

Entre os processos arquivados por inexistência de crime, estão um caso em que a família não chegou a viajar para a Guiné-Bissau; o caso de uma menina que tinha regressado do país mas que a perícia revelou não ter sido cortada, e ainda um caso noticiado em 2016, em que, apesar de a perícia ter identificado o corte, o procurador entendeu classificar o crime como ofensa à integridade física e arquivou o processo por falta de queixa dos pais. Já entre os processos arquivados por insuficiência de indícios, contam-se dois casos em que as famílias viajaram para a Guiné e nada mais foi feito para proteger as meninas, e ainda um caso em que não foi possível identificar o autor do crime, ocorrido no Senegal. Neste processo, apesar de a perícia ter identificado a remoção dos pequenos lábios, lê-se que “nada se apurou quanto aos





## É necessário descobrir os casos e aplicar a lei, porque só assim as pessoas irão saber que existe uma lei que protege as meninas

**Fatumata Djau Baldé**  
Comité Abandono Práticas Nefastas à Saúde

crimes denunciados, nomeadamente por não terem sido recolhidos indícios suficientes da prática de mutilação genital feminina e, na afirmativa, quais os seus autores”.

### “Proteger as meninas”

Os inquéritos até agora abertos confirmam que esta lei, por considerar práticas com origem em países fora da Europa, acaba por se aplicar, sobretudo, a famílias de origem africana, que residem em Portugal com diferentes vulnerabilidades sociais. Em declarações ao PÚBLICO antes de ser conhecido este caso agora em julgamento, a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, sublinhava a preocupação, “por alerta das próprias ONG”, de não reforçar em demasia uma abordagem “do domínio do crime e punitiva”, apostando antes na criação de redes na área da saúde – que permitam identificar novos casos, mas também cuidar das mulheres sobreviventes que precisam de cuidados de saúde específicos, como acontece no projecto Práticas Saudáveis – e também no apoio a associações no terreno, que permitam comunicar com as comunidades, fomentar a mudança de mentalidades e trabalhar no empoderamento das mulheres.

Fatumata Djau Baldé, presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau, salienta que “é necessário descobrir os casos e a lei ser aplicada, porque só assim é que as pessoas irão saber que existe uma lei que protege as meninas”. Rejeitando a possibilidade de se tratar de uma lei estigmatizante para as comunidades, acrescenta que a lei portuguesa, à semelhança da que existe na Guiné-Bissau desde 2011 para punir este crime, “não é contra ninguém”. “Está-se a proteger as meninas, está-se a proteger as mulheres.”

“Há todo um trabalho que deve ser feito com as comunidades praticantes. São práticas com séculos que não são abandonadas por mera existência das leis”, diz Fatumata Djau Baldé, que no momento se encontra em Portugal. “Nós podemos continuar com as nossas tradições, podemos continuar com as nossas culturas. Mas tudo o que é mau da tradição e da cultura deve ser abandonado.”

[aline.flor@publico.pt](mailto:aline.flor@publico.pt)

## Como reconhecer as vítimas? Criando uma rede de cuidados

**Aline Flor**

Estima-se que vivam em Portugal mais de 6500 mulheres submetidas à mutilação genital feminina (MGF) e que cerca de 1800 raparigas com menos de 15 anos estejam em risco de o ser. Destas, conhecemos apenas cerca de 500, a maioria das quais sinalizadas décadas depois do corte. Quase metade destes casos foram registados apenas nos últimos dois anos, em grande parte em resultado do projecto Práticas Saudáveis, que actua em dez territórios na região de Lisboa e Vale do Tejo para formar profissionais de saúde e capacitar as equipas para actuar em conjunto com escolas e associações comunitárias.

A médica de saúde pública Margarida Paixão trabalha no Agrupamento de Centros de Saúde da Amadora, um dos concelhos com comunidades afectadas pela MGF, que tem sido também aquele onde os resultados do trabalho são mais visíveis. Explica como é difícil a abordagem deste assunto. “Não se encontra uma coisa de que não se está à procura” e identificar casos de mutilação genital feminina não é tarefa simples “mesmo para um olho que já é muito treinado”. Teresa Figueiredo, enfermeira que trabalha numa unidade de cuidados na comunidade de Odivelas e tem uma pós-graduação nesta área, afirma que a abordagem tem de ser cuidada, com tempo para ganhar confiança. “Não é abordar à primeira, ‘olhe, você foi mutilada?’” Pode-se fazer uma observação da mulher quando vai à consulta de planeamento familiar, conversar, criar proximidade: “Venha cá daqui a 15 dias e voltamos a falar”, exemplifica.

“A formação de profissionais de saúde é decisiva e uma intervenção também é muito capacitadora”, confirma a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, que tem promovido projectos no âmbito do combate às práticas nefastas contra as mulheres em parceria com as congéneres da Saúde.

A Amadora conta desde o ano pas-

sado com um guia para escolas e um protocolo de actuação integrada – que explica os passos a dar nas áreas da saúde, educação, justiça e comissões de protecção de menores –, elaborado com o apoio da Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde e da Câmara Municipal. Há também números que mostram que o sistema está em comunicação: entre oito inquéritos abertos em Portugal no último ano por eventual crime de mutilação genital feminina, cinco tiveram origem na Amadora, depois de acompanhados pelos serviços de saúde.

A presidente da CPCJ da Amadora, Ana Neves, conta ao PÚBLICO que no ano passado a comissão acompanhou oito crianças por perigo de mutilação genital feminina, cinco delas sinalizadas pela área da saúde,



Identificar casos de mutilação genital feminina “não é simples”, explicam uma médica e uma enfermeira

mas nem todas as situações passaram pela justiça. Pela comissão, já passaram casos como o de uma menina de cinco anos que foi levada de férias para a Guiné-Bissau quando já estava sob o radar da CPCJ. Sendo esta uma situação em que as famílias por vezes aproveitam para submeter as meninas ao “fanado”, como é conhecido o ritual na Guiné, as técnicas da comissão entraram em contacto com uma organização naquele país, que por seu turno falou com a família e conseguiu assegurar que os pais conheciam as leis de ambos os países. Quando a menina voltou, “não tinha sido mutilada”.

“Não tenho dúvidas de que estas pessoas querem o melhor para as suas filhas. É uma prática horrível, mas tem uma base de purificação, de aceitação pela comunidade.” E a melhor forma de mudar a mentalidade das famílias é abrindo o diálogo, refere Ana Neves.